

Ata nº 02/2019 - Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal da Assistência Social. Aos vinte e sete dias do mês de março de dois mil e dezesseis, às quatorze horas, reuniram-se os membros do Conselho na sala de reuniões do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS. A presidente Denize deu início

à reunião agendando a presença de todos e em seguida passou a palavra para Carlos Alcandre Braz para expor os assuntos em pauta, sendo o principal deles a Prestação de Contas referente ao segundo semestre do ano de dois mil e dezeto. Informou que há quatro recursos para ser prestado contas, sendo o primeiro o Incentivo Família Paranaense IV, que iniciou o segundo semestre (julho) de dois mil e dezeto com cinquenta e cinco mil, trezentos e trinta dois reais e trinta e três centavos, foram apresentadas informações sobre atendimento físico, monitoramento e gestão financeira, em específico o resumo executivo em que mostra os valores previstos, recebidos e gastos. Ao final do semestre restou em conta o saldo de dezeto mil, duzentos e oitenta e três e trze centavos. Valor maior que trinta por cento do valor repassado, isso aconteceu devido ao fato de que uma nota fiscal foi recebida em vinte e um de dezembro de dois mil e dezeto e que foi paga apenas em nove de janeiro de dois mil e dezete. O restante do recurso já está sendo utilizado e constará na prestação de contas do próximo semestre. Todos os membros tiveram acesso aos extratos e notas fiscais, nenhum questionamento foi feito, portanto ficou aprovada a prestação de contas, com parecer favorável. Na sequência foi iniciado relato sobre o recurso PPAS I que possuía um saldo anterior de dezeto mil oitocentos e oitenta e um reais e trinta e três centavos, foram apresentadas os dados de atendimento físico, monitoramento e gestão financeira, os membros tiveram acesso aos extratos bancários, notas fiscais e demonstrativos. O saldo final do período exposto foi de quarenta e sete mil, seiscentos e quinze reais e sessenta e um centavos, devido ao recebimento do valor de trinta e sete mil e quinhentos reais em trze de dezembro de dois mil e dezeto equivalente a seis parcelas de seis mil e duzentos e cinquenta reais. O valor restante está sendo utilizado no primeiro semestre de dois mil e dezete. Não havendo nenhum questionamento, a prestação foi aprovada e com parecer favorável. O próximo recurso exposto foi o PPAS II, que pode ser utilizado apenas com Acolhimento Institucional, a Casa Boa. Este tinha como saldo anterior dezete mil, seiscentos e trinta e um reais e dois centavos, foram apresentados os dados de atendimento físico, monitoramento e gestão financeira, ao final do período vigente restou em conta o saldo de dezete mil, quarenta e um reais e quarenta e quatro centavos, valor acima de 50%, devido ao recebimento do valor de quinze mil reais em dezete de dezembro de dois mil e dezeto, referente ao montante de seis parcelas de dois mil e quinhentos reais, de modo que não foi possível utilizá-lo. Além disso,

de nove reais e setenta centavos, que era uma pendência da prestação do primeiro semestre de dois mil e dez reais, em uma nota fiscal da Dini Construtora, na qual o valor era de dez mil oitocentos e vinte e sete reais e dez centavos, mas que foi pago o valor de dez mil oitocentos e dezesseite reais e quarenta centavos em oito de julho de dois mil e dez e o valor faltante foi descontado em julho de dois mil e dez.

Após os membros terem acesso aos extratos, notas fiscais e demonstrativos, não havendo questionamentos a prestação foi aprovada, com parecer favorável de todos. O último recurso é o Município de Conveniência e Fortalecimento de Vínculo em que o saldo no início do semestre era de quarenta e oito mil, quatrocentos e quarenta e um reais e cinquenta e quatro centavos. Neste valor, ao final do semestre restou sete mil, cento e cinquenta reais e quinze centavos. Foram apresentados os dados do atendimento físico, monitoramento e gestão financeira, na conciliação financeira foi apontado pelo sistema uma diferença de vinte e um centavos devido à diferença entre o valor total da nota e o valor da soma do valor unitário dos itens. A justificativa foi adicionada ao sistema e exposta aos membros, de modo que, após analisarem extratos, notas fiscais e demonstrativos, a prestação foi aprovada com parecer favorável. Na sequência a presidente do Conselho leu todas as questões da ata de perguntas do parecer do Conselho para que pudesse ser respondida por todos. Foi sugerido por Karina, que fossem criadas comissões de trabalho para poder distribuir diferentes funções como comitês de fiscalização, fundos, entre outras. Nada mais havendo para ser tratado, a reunião foi encerrada, tendo a ata lida e aprovada pelos presentes.

Danni Danaffian de Oliveira  
 Patrícia Cecilio  
 Presidente

Karina  
 Bemalane  
 Larine Lempari  
 Presidente